



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFPG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

SAFIRA JULIE LINS DE SA

TRABALHANDO COM A DIVERSIDADE CULTURAL NO
ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO
MÉDIO E SUAS PERSPECTIVAS

CAJAZEIRAS-PB
2014

SAFIRA JULIE LINS DE SÁ

**TRABALHANDO COM A DIVERSIDADE CULTURAL NO
ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO
MÉDIO E SUAS PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Universidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Prof.(a) Orientadora: Dr^a. Rosemere Olímpio de Santana

**CAJAZEIRAS – PB
2014**



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S111t Sá, Safira Julie Lins de
Trabalhando com a diversidade cultural no ensino de
história: um estudo de caso e suas perspectivas. / Safira
Julie Lins de Sá. Cajazeiras, 2014.
56f.
Bibliografia.

Orientador: Rosemere Olímpio de Santana.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. História – estudo e ensino. 2. Diversidade cultural. 3.
Ensino de história. 4. Professores de história. I. Santana,
Rosemere Olímpio de. II. Título

UFCG/CFP/BS

CDU – 94:37

SAFIRA JULIE LINS DE SÁ

**TRABALHANDO COM A DIVERSIDADE CULTURAL NO
ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO
MÉDIO E SUAS PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Universidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Data de Aprovação: ____ / ____ / ____

Prof. (a) orientadora: Dr^a. Rosemere Olímpio de Santana.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr^a. Rosemere Olímpio de Santana
Orientadora

Ms. Leonardo Bruno Farias
Membro Examinador

Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Membro Examinador

Dr.^a Rosilene Alves de Melo
Membro Examinador (suplente)

A meu avô Francisco Vieira Lins em saudososa memória que tanto me apoiou e torceu pelo meu êxito pessoal e profissional, pelas suas palavras e conselhos que sempre me serviram de alicerce do bem nessa grande odisséia chamada vida.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **Deus** porque ele é à base de tudo, pela saúde e sabedoria que ele tem me dado nessa longa trajetória até aqui, pelas minhas conquistas realizadas e por proporcionar força e fé para continuar a minha caminhada e obtenção dos meus sonhos almejados.

A minha mãe **Maria José Lins**, mulher de força e resiliência que tanto batalhou por mim até chegar nessa etapa da minha vida. A esta maravilhosa mãe vai toda a minha dedicação, amor e respeito.

A meu pai **Rosilvan Sá** que sempre me apoiou e mesmo distante não mediu esforços para sempre fortalecer as minhas expectativas até dado momento.

A **todos os meus professores** desde o primeiro período até o último, eles acrescentaram muito na minha formação, compartilhando ideias e viabilizando informações que servirão pra vida toda.

Em especial a minha orientadora **Rosemere Olímpio de Santana**, ela me conduziu até o prezado momento, sempre me orientando da melhor maneira possível, com um sorriso de menina no rosto e sempre disposta a ajudar. Ficam aqui o meu respeito e reconhecimento pela excelente profissional e pela pessoa que ela representa.

Aos colegas de sala, que mesmo diante de tantos desafios encontrados dentro e fora da universidade, sempre tínhamos tempo para trocar ideias e reforçar ainda mais o nosso convívio e laços de amizade e se fizeram presente nas diversas situações de alegria, de drama, enfim, por todos os momentos que vão ficar marcados na nossa memória.

Aos meus amigos verdadeiros que sempre torceram por mim, me apoiando, me dando força para nunca desistir dos meus sonhos, posso dizer que amizades verdadeiras são como uma segunda família e que quero tê-los pra vida toda.

Por fim, a todos que contribuíram direta e indiretamente, a Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmiento em que fiz o estudo de campo, aos professores, aos alunos, a diretora que me tratou com muito carinho. Em suma, ficarei bastante grata na certeza de que a conclusão da graduação não é o fim, mas sim, o começo de grandes vitórias onde a educação é o primeiro passo para construirmos uma verdadeira história de valor e liberdade.

A todos, obrigada!

“O melhor educador não é o que controla, mas o que liberta. Não é o que aponta os erros, mas o que os previne. Não é o que corrige comportamentos, mas o que ensina a refletir. Não é o que desiste, mas o que estimula a começar tudo de novo.” (Augusto Cury)

ABSTRACT

This study intends to reflect on the issue of cultural diversity in the teaching of history. We conducted a reflection on the concept of socio-cultural diversity, as well as the key documents that deal with the theme. We chose State High School Master Julio Sarmiento in the city of Sousa / PB to conduct a case study. We used semi-structured interviews directed to three history teachers. The testimonies of the respondents served as the criterion to enable the exchange of experiences and life rescuing the questions and criticisms surrounding the issue of cultural diversity. We noticed in this study that the difficulties encountered by both teachers as the school are common when the discussion is the socio-cultural diversity, in addition, the speech that is shared on this theme seems to be already crystallized and naturalized.

Keywords: Cultural Diversity. Teaching of History. Teachers.

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 01- Participação dos estudantes na conservação e manutenção da escola.....	29
Quadro nº 02- Funções que a escola desenvolve.....	30
Quadro nº 03- Capacitação de estudos dos professores.....	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL.....	14
1.1 Introdução aos conceitos sobre a Diversidade Sócio-Cultural na educação.....	15
1.2 A relevância dos registros e documentos baseados na diversidade cultural.....	21
CAPÍTULO II: A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO MESTRE JÚLIO SARMENTO.....	25
2.1 Apresentação da escola	26
2.2 Algumas considerações sobre o Plano Político Pedagógico da escola.....	27
CAPÍTULO III: ANALISANDO A DIVERSIDADE SÓCIO-CULTURAL NA ESCOLA E.E.E.M. MESTRE JÚLIO SARMENTO.....	34
3.1 – Pensando o caminho metodológico para as entrevistas.....	35
3.2 - A diversidade sócio-cultural na visão dos professores da escola E.E.E.M. Mestre Júlio Sarmiento.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS.....	54

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico analisa a problemática da Diversidade sócio-cultural que tem ganhado grande repercussão no ensino de história. Não é fácil definir um conceito para Diversidade sócio-Cultural, mas sabemos que outros conceitos como multiplicidade, diferenças, multiculturalismo, cultura estão intrinsecamente ligados ao primeiro. Não podemos negar que em nosso contexto, muitas mudanças marcaram a maneira de ver e perceber o mundo e que conseqüentemente também mudaram a maneira de perceber o ensino de história.

Rosa Maria Godoy ao discutir a Reforma Curricular no Brasil aponta uma série de mudanças que tem o seu marco no período pós-segunda guerra mundial como a internacionalização da economia, as novas tecnologias de informação e comunicação, as relações de mercado pautadas no neoliberalismo, a presença de grupos diversos no mercado de trabalho, como as mulheres e outros grupos sociais dando maior visibilidade a certos sujeitos coletivos, como índios, negros, gays-lésbicas, simpatizantes. E o próprio paradigma moderno que antes foi importante para abrir espaço para a razão e ciência começa a ser questionado como única possibilidade de responder as questões atuais e novos referenciais de conhecimento buscam “configurar uma razão mais aberta, sob novos princípios” da indeterminação, alteridade, subjetividade, multidimensionalidade (GODOY, 2007; p. 15). Todas essas questões culminaram em uma maneira diferente de se perceber o ensino e o conhecimento, o aluno agora é o personagem central desse processo, e o coletivo começa ganhar a cena nesse cenário chamando atenção para as suas especificidades e identidades. Esse breve contexto nos mostra que a preocupação com as identidades e subjetividades que se tornam cruciais para entender as pessoas e o mundo e que novas relações pautadas no respeito e na tolerância são necessárias. Sendo assim, há uma necessidade de valorização das identidades presentes nos grupos sociais. As configurações dessa problemática são distintas conforme o contexto em que nos situemos e suscitam várias discussões e polêmicas no momento atual ligado diretamente ao espaço escolar. Essa temática já é bastante difundida, no entanto, muito ainda deve ser esmiuçado, tendo assim, despertado um interesse pessoal em pesquisar de maneira um pouco mais aprofundada esse assunto principalmente no que diz respeito ao ensino de História.

A partir dessa premissa, esse estudo nasceu dessa curiosidade de analisar as problemáticas, as reflexões e pretendeu questionar algumas dimensões colocadas pelo tema. Desta forma, realizou-se uma pesquisa de campo cujo tema central é a perspectiva do professor com relação ao tema das diversidades sócio-culturais no ensino de História e como essa relação é produzida com os alunos e professores procurando entender de que maneira ambos procuram conviver com as diferenças no seu dia a dia escolar. A reflexão sobre educação e diversidade cultural não diz respeito apenas ao reconhecimento do outro como diferente, significa pensar a relação entre o tradicional e as relações de identidade como um todo, a fim de proporcionar um bom convívio no ambiente escolar e respeitar as diferenças culturais relacionadas a gênero, etnias, religiosidade, entre outros. Ao considerarmos as especificidades que compõem a Diversidade Cultural e os caminhos que precisam ser trilhados para a construção do diálogo e para a garantia da cidadania a todos, independentemente das diferenças, não podemos esquecer de que a escola é uma instituição predominante e muito importante na sociedade. A escola é um espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram, entretanto, ainda há muito o que ser inserido no processo educacional bem como nos currículos escolares sob vários aspectos que precisam ser discutidos em torno dessa temática que gera impactos na instituição escolar. Para muitos, ainda é difícil conviver com as diferenças. É importante fazer algumas críticas a este sistema educacional, muitas coisas não funcionam como deveriam ser. E é nessa perspectiva que chamamos atenção para o papel do professor em sala de aula, pois muitos não estão preparados em relação a esse convívio com vários tipos de culturas, de identidades ressaltando que ainda falta muita prática e incentivo de políticas públicas relacionadas a esse tema. O próprio processo de investigação serve para provocar uma reflexão nos entrevistados a respeito do tema, que vem sendo questionado atualmente. Além disso, busca-se uma visão crítica sobre a questão, tentando examinar suas especificidades, dado que suas características podem facilmente produzir informações que ajudam a melhorar a compreensão em torno desse assunto. Por isso, decidimos pela entrevista com os professores de história da escola E.E.E.M. Mestre Julio Sarmiento. Através das entrevistas nos aproximamos do universo escolar e das percepções de cada professor sobre esse tema da modernidade. Nesse caso, entendemos que o espaço escolar não é composto apenas pelos professores, por isso, analisamos o PPP da escola, as questões do ensino e as convivências com o alunado. Entendemos que a escola além de um

espaço de produção de conhecimento, também produz corpos, identidades e subjetividades, podendo abrir um campo para debate ou reforçar discursos que excluem os diversos grupos que ocupam um lugar a margem da sociedade.

No primeiro capítulo deste trabalho encontram-se aspectos teóricos e referências sobre o tema. É importante entender como os documentos oficiais que discutem a temática da diversidade falam e produzem discursos que servem de norte para todos os profissionais da educação. Destaca-se também ainda no primeiro capítulo a inclusão da história indígena e africana no currículo escolar. Partindo desse ponto de vista, a educação brasileira passou por transformações pedagógicas e de planejamento onde o sistema educacional ainda não está totalmente apto para atender às demandas do alunado.

No segundo capítulo descreve-se o cenário escolar ao qual fizemos a pesquisa de campo. Apresenta-se a escola que é a Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmiento situado na cidade de Sousa na Paraíba, ressaltam-se algumas considerações sobre o plano político e pedagógico da escola e as e as relações dos alunos e professores dentro do cotidiano escolar.

E por fim, no terceiro capítulo é apresentado o objeto de estudo de caso e as análises dos dados qualitativos das entrevistadas no caso três docentes da escola de ensino médio, bem como, a metodologia que serviu de direcionamento para as indagações e perspectivas do presente trabalho e conclusão do mesmo.

1. PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL

1.1 Introdução aos conceitos sobre a Diversidade Sócio-Cultural na educação

O conceito de Diversidade Cultural é muito amplo do ponto de vista que envolve vários segmentos relacionados ao conhecimento. Falar em diversidade é tentar entender a variedade de argumentos, ideias, estudos culturais, estes aos quais, estão ligados a pluralidade e multiculturalismo. Para Candau (2005) “diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança.” E de acordo com esse sentido, podemos afirmar que onde há diversidade existe diferença.

A possibilidade de aprender a conviver com as diferenças não é tarefa fácil. A constatação da singularidade humana observável inclusive pelo senso comum levanta a problemática das origens dessas diferenças.

A Diversidade Cultural é um tema que se impõe nas sociedades modernas. O interesse crescente por este assunto acompanha os processos migratórios entre países e regiões e a consequente eclosão e conflitos face à dificuldade de convivência com a pluralidade de culturas, etnias, religiões e visões do mundo presente no contexto social contemporâneo. Atitudes xenófobas, discriminações, preconceitos de toda a ordem são práticas sociais recorrentes, nas quais, a demarcação entre “nós” e “outros” se manifesta pelo não reconhecimento, e muitas vezes, a visão de inferioridade daqueles que se consideram diferentes. Diversos marcadores identitários como classe, gênero, orientação sexual, características físicas entre outros são utilizados para promover a exclusão. (WILSON, 2011, pp 15).

Percebemos assim os inúmeros grupos que são excluídos em nossa sociedade e conseqüentemente do currículo escolar. Presenciamos atualmente a luta desses grupos sociais para se fazerem presentes nos currículos escolares que por séculos foram excluídos. Trata-se dos negros, mulheres, crianças, idosos, jovens, indígenas e tantos outros que pouco ou quase nada são contemplados em nossos discursos escolares e especificamente no Ensino de História. A partir de uma visão geral relacionadas ao

contexto escolar percebemos que essa carência existe, e quase sempre não há um espaço de problematização e produção das diferenças, como se essas não fizessem parte dos conteúdos do currículo de História. A temática das diferenças sócio-culturais coloca em pauta as diferenças em relação ao outro, e embora, sejam comuns a todos os grupos sociais, nem sempre foram assim compreendidas, ou seja, inúmeros exemplos históricos mostram como essas diferenças foram tratadas e destratadas. Segundo os Parâmetros Curriculares da Paraíba:

Na Escola, isso é evidente e se revela através de diversas práticas tanto dos educadores quanto dos pais e dos alunos. O famoso bullying, uma versão atualizada de diversos preconceitos enraizados na nossa sociedade e que sempre se manifestaram nas escolas, agora ganha outra perspectiva de análise. O que antes estava naturalizado ou banalizado, como a discriminação de crianças por religião ou algum tipo de deficiência física, agora, graças aos diferentes movimentos e ações sociais, sofre críticas e recriações; e alerta-se para a necessidade de combater preconceitos e conflitos, objetivando uma sociedade mais justa. Portanto, um dos principais objetivos deste documento é contribuir para que a comunidade escolar pense sobre as diversidades, preconceitos e conseqüentes conflitos que vive diariamente. A intenção é propiciar o conhecimento e a compreensão das diversidades por parte dos educadores, através de e um diálogo dentro da Escola sobre essas questões, contemplando o objetivo maior da sociedade cidadã: a igualdade na diferença. (PARAÍBA, 2010, p. 313).

Como podemos observar esses discursos são formulados a respeito do outro, a respeito do diferente, são falas direcionadas, por exemplo, para as mulheres, para o negro, para os delinquentes, para os anormais, segundo Skliar (2002) em seu artigo: “A educação que se pergunta pelos outros: e se o outro não estivesse aqui?”, não basta lembrá-los em datas comemorativas, no folclore como seres exóticos ou simplesmente incluí-los no currículo como se isso tenha sido um grande feito, mas perceber esse outro como sua própria construção, que nos choca, pois esse outro não é mais a normalidade de que “eu instituí”. Não basta tolerar ou respeitar a diferença do outro, como abordou Tomaz Tadeu da Silva, no seu trabalho “Documentos de identidades, uma introdução às teorias do currículo”, pois, a diferença não é natural, “ela é discursivamente produzida” fazendo parte de uma relação de poder. A diferença, ainda segundo SILVA, deve ser questionada, nos currículos, não para ser pensada enquanto igualdade, mas enquanto

produção das relações sociais. Não basta determinar conteúdos e legitimar um ensino reprodutor de relações sociais cristalizadas. Por isso é importante saber e conhecer os conceitos para a diversidade, segundo os referenciais Curriculares para o Ensino Fundamental da Paraíba entende por diversidade sociocultural:

Tudo o que apresenta diferenças em relação ao outro, individual ou coletivo, e pressupõe um padrão estabelecido, e que deve ser questionado. Este termo está relacionado com as variedades ou multiplicidades de situações sociais, econômicas, políticas e culturais que compõem a sociedade. Embora as diversidades sejam intrínsecas e naturais às sociedades humanas, elas nem sempre são/foram assim encaradas. Por diversos motivos históricos, alguns indivíduos e grupos sociais, em diferentes contextos, que foram/são considerados fora do padrão e/ou inferiores, sofrem preconceitos e exclusões sociais (PARAÍBA, 2010, p. 314).

Notamos que o conceito de diversidade sócio-cultural deve-se partir do entendimento de que a escola não deve selecionar ou caracterizar os discentes, classificando-os quanto às suas referências culturais, ideológicas, religiosas ou étnicas e, a partir das considerações dos Referenciais Curriculares para o Ensino Fundamental: “refletir sobre as diversidades, preconceitos e consequentes conflitos com os quais a comunidade escolar convive diariamente, construindo o conhecimento e a compreensão dessas diversidades para diminuição dos preconceitos/exclusão” (PARAÍBA, 2010, p. 315). Logo, as diversidades sócio-culturais abrangem uma gama de identidades e diferenças, por exemplo, quando a discussão gira em torno da Diversidade étnico-racial deve ser levado em consideração os discursos reproduzidos pelas escolas com relação

Etnocentrismo, os quais foram construídos por um processo histórico. (PARAÍBA, 2010, p. 350)

Desta forma, ao tratar da diversidade étnico-racial, não se pode esquecer-se de conceitos básicos como: Raça, Etnia e Etnocentrismo, podendo ser trabalhado as representações em torno dos indígenas, afro-brasileiras e os ciganos, etc. Já a diversidade em torno do gênero e sexualidade contemplam reflexões polêmicas, pois, referem-se a valores ainda arraigados em nossa sociedade tradicionalmente cristã e patriarcal, e assim muitas vezes machista e preconceituosa.

Esse tipo de preconceito revela equívocos e confusões conceituais. A população em geral confunde sexo com identidade de gênero; gênero com sexualidade, e assim por diante. Para estas pessoas, “mulher que é mulher gosta de homem” e “homem que é homem gosta de mulher”. Estas simplificações das identidades e sexualidade humanas geram desconfortos para quem não se encaixa em um padrão hegemônico construído historicamente por grupos sociais dominantes, que tem como referências homem “masculinizado” e mulher “feminina” heterossexuais. (PARAÍBA, 2010, p. 359)

A proposta apontada pelos Referenciais Curriculares da Paraíba é analisar algumas dessas categorias e conceitos como masculinidade, virilidade, feminilidade, heterossexualidade, homossexualidade, entre outros enquanto construções históricas que, como tal, emergiram e/ou se modificaram através do tempo e, portanto, não representam identidades fixas e universalizantes. A diversidade religiosa tem como objetivo contemplar a fé, religião ou religiosidade enquanto construções culturais, portanto plurais.

O proselitismo sectarista, o desconhecimento acerca de religiões não hegemônicas e o desrespeito às mesmas são atitudes que geram conflitos, que contradizem parte dos próprios discursos religiosos. Igualdade, justiça e fraternidade, defesa da vida incondicional são ideias/palavras/imagens que circulam e são constantemente veiculadas na mídia através de discursos políticos e religiosos, predominantemente, por grupos hegemônicos. (PARAÍBA, 2010, p. 377)

Assim, os preconceitos e a intolerância religiosa também são frutos de nosso processo histórico. Desde a colonização, as justificativas para a submissão de povos

criam e recriam conceitos e preconceitos sobre a submissão de povos. No processo da formação de identidade do Brasil, não foi diferente. Essas temáticas e conceitos deveriam ser bem mais operacionalizados no cotidiano escolar e principalmente nas aulas de história, uma vez que, boa parte dessas discussões estão presentes ou deveriam estar presentes nos conteúdos ministrados e no currículo escolar. Oriá (1996), em sua discussão aborda que “os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipadas.”

As secretarias de educação dos Estados e Municípios aprovaram nos PCNs pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), devendo os mesmos se constituírem em referência nacional para que os sistemas de ensino estaduais e municipais possam se adequar a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Uma das mais recentes problemáticas do sistema educacional brasileiro reside na qualificação do corpo docente, sobretudo os que exercem o exercício no ensino fundamental e médio. Estes professores, na sua grande maioria de formação não possuem curso superior, e precisam estar habilitados a trabalhar com essa nova temática curricular pertinente na nossa contemporaneidade. Mediante a essa situação é sugerido, para tanto, um enorme esforço por parte dos órgãos governamentais estaduais e federais ligados à área da educação e em conjunto elas possam estar promovendo estudos nessa área para qualificação da igualdade racial, no sentido de oferecer, em parceria com as instâncias educacionais, cursos de extensão sobre a história da África e de cultura afro-brasileira e indígena bem como a publicação de muitos materiais didáticos que possam suprir os interesses dos mesmos na esfera escolar e uma vez qualificados estes

professores poderão exercer a profissão de forma mais adequada que atenda as demandas do alunado nas regiões em que exercem a profissão.

Percebemos assim como Gomes (2006) que a sociedade cria um tipo de estereótipo onde a nossa educação muitas vezes é fracassada a conviver com as diferenças no ponto de vista da aceitação. Percebemos que ainda é preciso muito esforço para conviver com a aceitação, pois, conceitos historicamente cristalizados sobre quase tudo, ou seja, negro, índio, homossexual, nordestino, pobre e etc., e a pergunta que se faz é sobre de que prisma aprendemos a ver as pessoas dessa forma mediante tal diversidade no mundo moderno?

Creio que a configuração das sociedades modernas mudou bastante ao decorrer dos tempos, assumindo vários estereótipos e com isso, muitos padrões de vida e costume também mudaram, no entanto, muitas pessoas ainda se prendem às questões de cunho discriminatório em relação à diversidade sócio-cultural camuflando a sociedade a um tipo de comportamento não condizente a elas. Avançar na construção de práticas educativas e no conhecimento próprio que contemplem os caminhos educacionais e regras de melhores padrões no ambiente educacional significa romper com a ideia de homogeneidade que na verdade é bem diferente da prática em si e de uniformização que ainda impera no campo educacional. Devemos observar nesse caso, que nem todas as escolas estão adequadas para esse tipo de problematização, ou seja, muitas vezes, o próprio governo não oferece recursos do tipo de preparação profissional nem muito menos incentivos educacionais para que os mesmos possam se aperfeiçoar á prática relacionada á diversidade cultural e lidar com isso dentro da sala de aula.

O Multiculturalismo que, em sua perspectiva crítica, é definido como “campo teórico, prático e político voltado à valorização da diversidade cultural e ao desafio aos preconceitos” (CANEN e XAVIER, 2005, p. 335).

Ainda segundo Canen e Xavier (2005), “o docente, mediante ao multiculturalismo, necessita desenvolver atitudes e valores face ao pluralismo e intercultural, e, através da comunicação poderá conhecer melhor os outros e a sua cultura, devendo proporcionar um meio onde surja a partilha de saberes, experiências e vivências, onde se façam aprendizagens sobre a realidade social. As mudanças sociais estão ocorrendo em escalas

globalizadas, com a mudança do cotidiano onde passado e presente se tornam objeto de estudo para compor um quadro de discernimento na formação de ideias. A identidade agora vai ocorrer nos níveis local e pessoal.” E podemos ver que nessa nova perspectiva o chamado Multiculturalismo vai se referir às intensas mudanças demográficas e culturais que têm afetado as sociedades contemporâneas e que as tem tornado mais complexas onde a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Deve-se preservar o ambiente de trabalho assim como suas culturas e vivências, portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas separadamente, ou seja, uma complementa a outra e ao aceitarmos a íntima associação entre escola e cultura vemos suas relações como constitutivas do universo educacional. A adequação do professor será tanto mais eficaz, quanto ele mesmo criticamente começar a observar o seu meio, seu campo de trabalho onde a diversidade cultural na escola e na sociedade, em cada momento, e com isso, ele passará a desenvolver a sua ação e passará a administrar isso da melhor forma possível no seu cotidiano de seu trabalho sendo ele educador.

1.2 A relevância dos registros e documentos baseados na diversidade cultural

Ao considerarmos as especificidades que compõem a Diversidade Cultural podemos afirmar que a educação brasileira passou e ainda passa por um processo contínuo de transformações que ao decorrer do tempo vão se modificando. São realizados acordos nacionais e internacionais e implantadas políticas públicas relacionadas à questão da diversidade. Nesse sentido, a escola, espaço tanto de reprodução quanto de transformação passa a lidar com o constante desafio da superação da realidade que a cerca. Vejamos que uma simples determinação de uma lei seja ela nacional ou internacional não basta para que a realidade possa mudar, ainda é preciso se fazer muita coisa nesse sentido e a própria ocultação ou minimização das reais causas da discriminação seja ela por gênero, etnia, religião e etc., já inviabilizam a instauração de práticas conscientes e comprometidas. Devemos ressaltar que há muitos avanços na história da educação, na discussão sobre o tema da diversidade, que há estudos e uma infinidade de aparatos documentais onde os estudos históricos nos propiciam a vertente desses estudos. Em geral eles subsidiam a reflexão em torno do tema, e é por isso

mesmo que não se pode entender por que, mesmo depois de tantos estudos na área, ainda haja uma visão simplista sobre o problema.

Abaixo vamos relacionar de forma cronológica os principais registros começando pelos nacionais e posteriormente os internacionais que foram usados na contribuição para as leis sobre a diversidade cultural. Lembrando que foi feita uma pesquisa prévia sobre o assunto em sites relacionados. Começando com os Registros Nacionais temos a Constituição Federal do ano de 1988: nela embora, não exista um discurso direto e claro sobre o tema da diversidade, percebemos que orienta a escola para a não discriminação e é contra todos os preconceitos. A Constituição assegura a utilização da Língua Portuguesa para o ensino regular, e determina somente às comunidades indígenas uma educação voltada para sua cultura. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) do ano de 1990: mesmo que de forma rápida associa o aspecto da diversidade cultural à educação, ao definir que "no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura." (BRASIL, 1990, Art.58). Nesse sentido, a função da escola frente à diversidade cultural neste documento, é do respeito aos valores culturais e a garantia da liberdade de criação e acesso às fontes de cultura. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) do ano de 1996: já indica a importância da história regional, pois levava em consideração a contribuição de diferentes culturas, assim, indicava a importância de uma educação escolar voltada para o pluralismo, liberdade, tolerância, respeito, consideração das especificidades das diferentes regiões. Além desses aspectos, apresenta propostas para a educação indígena e posteriormente, com a inserção da Lei nº 10.639/03 passa a determinar o Ensino da Cultura e História Afro-Brasileira.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Pluralidade Cultural do ano de 1997 traz uma discussão mais estruturada sobre as diversidades sócio-culturais e percebe a escola como espaço de discussão para essa temática. Além disso, reconhece as particularidades de cada situação e nível de ensino. No entanto, como aponta Silva e Pereira ao falar desse documento, ele apresenta uma série de restrições, entre elas, a minimização da responsabilidade das relações de poder sobre a cristalização e a naturalização de práticas de preconceito e discriminação. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01) do

ano de 2001 embora apresente discussões parecidas com os documentos anteriores apresenta um diagnóstico sobre a temática e se debruça mais sobre a educação indígena.

Com relação aos Registros Internacionais iremos apresentar algumas discussões que a partir da década de 1990 contribuíram para essa discussão. A Convenção sobre os Direitos da Criança do ano de 1990 é uma delas que estabelece o direito de uma educação voltada para a liberdade de manifestar-se segundo o grupo étnico ao qual pertença. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos do ano de 1990, nesse documento prevalece o direcionamento ao respeito ao outro, à herança cultural, linguística, espiritual, etc, respeitando assim, o contexto no qual a escola está inserida.

A Declaração sobre os Direitos das Pessoas pertencentes a minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas do ano de 1992 aborda a escola, como promoção de uma educação sobre a história, as tradições, o idioma e a cultura das minorias do seu território. Seguindo essa mesma linha temos a Declaração de Nova Delhi do ano de 1993 que afirma ser a escola o espaço que contemple todos os grupos sociais, como crianças de rua, crianças trabalhadoras, minorias étnicas, culturais ou linguísticas, populações nômades, etc., correspondendo às necessidades de tais grupos.

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais do ano de 1994 que traz um conceito abrangente de “inclusão”, não apenas de pessoas com deficiência, mas também de pessoas que por algum outro motivo (seja cultural, social ou linguístico), não tiveram o acesso ao ensino. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural do ano de 2001 determina que “toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural”.

Como podemos verificar todo o contexto das declarações internacionais, trazem um discurso repetitivo, ressaltando a precariedade dos sistemas de ensino que passa por longos períodos até a abordagem de um novo registro de declaração sempre batendo na mesma tecla de que a escola deve se adaptar a um novo modelo de direitos humanos. Já às discussões realizadas em nível nacional, suas características são muito parecidas com a dos outros países, em suma, podemos observar que são reflexo das diretrizes estabelecidas internacionalmente. A discussão sobre a diversidade cultural é constante, sempre vai estar em evidência, assim como a busca de alternativas para a convivência e a tolerância entre as diferentes culturas em diferentes países.

Sabemos que muitas definições elaboradas nestes documentos são leis que julgam ser necessárias para o convívio e tolerância e importantes para a melhoria do sistema educacional, no entanto, muitas vezes, não passa do papel. Os indivíduos inseridos em sociedade ainda precisam enfrentar muitas lutas diárias, seja ela por discriminação ou por convivência. Ainda há uma discrepância em torno das leis com a atualidade, nem tudo o que se prega se consegue fazer. A questão das leis dos direitos humanos precisam ser mais repensados e reformulados principalmente quando envolve o quesito da educação, onde a escola é um espaço também transformador e precisa ter mais conscientização dos profissionais nesse sentido para poder lidar com o viés da diversidade.

II- CAPÍTULO

A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO MESTRE

JÚLIO SARMENTO

2. A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO MESTRE JÚLIO SARMENTO

2.1 Apresentação da escola

A presente Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmiento situada na cidade de Sousa na Paraíba foi fundada em 1980 é uma escola bastante conhecida e está bem localizada em um dos bairros mais nobres da cidade. A estrutura dessa escola é muito boa, têm em sua totalidade 1.120 alunos matriculados oriundos de outros bairros adjacentes como também da zona rural e um baixo índice de evasão escolar.

A escola sempre se mantém limpa e organizada. Conta com uma equipe de professores graduados e pós- graduados em licenciaturas, a maioria na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas nem todos atuam na área que se formaram, desses professores em geral apenas quatro ensinam História e são formados na área.

Possuem dois coordenadores pedagógicos, uma diretora, uma vice-diretora, um secretário e os funcionários que são da parte administrativa e da biblioteca fora outros profissionais os que realizam outros serviços contribuindo para a melhoria da escola. Contém também sala de áudio e vídeo, sala de informática para alunos e professores, uma sala para os professores poder estarem desenvolvendo algum projeto entre outros como cultivo de uma horta pelos alunos e projetos de reciclagem juntamente com a participação da diretora que está à frente de tudo o que acontece.

Na estrutura desta escola encontra-se um auditório pequeno e um terreno onde vai ser posteriormente construído outro auditório bem maior, conta também com uma quadra de esportes poliesportiva onde geralmente são realizadas jogos e gincanas. A escola possui trinta e seis salas distribuídas entre primeiro, segundo, terceiro ano e o EJA (Educação de Jovens e Adultos). São quinze turmas pela manhã, treze turmas pela tarde e oito turmas à noite, destas oito somente duas turmas funcionam o EJA.

Alguns projetos pedagógicos, literários, e de inclusão a portadores de deficiência como também gincanas de cunho social visando melhoria na nota do alunado e palestras sobre drogas, saúde, ente outros assuntos, são inseridos na escola de forma a promover informação entre alunos e professores. A maioria dos professores dessa escola também ensinam em escolas particulares, cursinhos pré-vestibulares particulares, ou seja,

participam de duas realidades distintas, porém não houve questionamentos sobre o tipo de metodologia usado ou empregado nessas outras escolas ou cursinhos nem suas condições de trabalho, estrutura física e organizacional destas outras instituições.

Os alunos do Mestre Júlio Sarmiento geralmente correspondem à classe mais baixa, a classe popular. Esses alunos que frequentam essa escola ao qual se deu este estudo são oriundos de bairros adjacentes como dito anteriormente, da zona rural e de periferias. Muitos vem de ônibus ou de carros que transportam alunos da zona rural. Ao redor da escola existem ainda mais duas escolas, uma de ensino fundamental e outra voltada ao magistério de ensino pedagógico o chamado "Escola Normal." Como a escola é de ensino médio, muitos adolescentes e adultos em diferentes turnos de várias faixas etárias estudam lá como também pais e mães de família. A escola propicia um ambiente onde todos possam aprender independente de idade ou classe social. Os alunos tem participação total coma a parte administrativa da escola e professores em alguns projetos que a escola desenvolve onde os mesmos possam obter conhecimento e informação na obtenção de reflexões sobre o conhecimento.

2.2 Algumas considerações sobre o Projeto Político Pedagógico da escola

O Projeto Político-Pedagógico das escolas principalmente no Brasil têm sido objeto de estudo em vários segmentos educacionais por vários profissionais da área das licenciaturas entre outras e pesquisadores que visam uma melhoria na qualidade de ensino para a concepção e realização de um processo que venha a somar e a qualificar os profissionais na área da educação.

O conhecimento escolar é dinâmico e possui uma gama de importâncias na sociedade atual e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos e sim um conhecimento que abrange todas as categorias dentro da instituição escolar propiciando melhores relações entre professores e alunado para obtenção de uma socialização onde todos possam ao mesmo tempo aprender e se organizar dentro de uma boa convivência na escola. A partir dessa premissa, que surge a necessidade de se promover, na escola, uma reflexão muito mais aprofundada sobre o processo de produção do conhecimento escolar e pedagógico, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, processo e produto, aos quais, precisam ser inseridos

num sistema de educação que venham a ser debatidos determinados assuntos relacionados ao ensino e convivências escolares.

A análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar e pedagógico ampliam a compreensão sobre as questões curriculares na mesma dinâmica das discussões geradas em torno deste mesmo assunto. Sendo assim, o projeto político-pedagógico é entendido, neste estudo, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. E este trabalho feito em sua conjuntura com os docentes parte dos princípios de igualdade para todos, qualidade no ensino, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola em si se concebe como um espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que muitas vezes são voltados para a luta e discernimento de ideais e de conhecimento de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico.

E focando nessa perspectiva que podemos observar a construção do projeto político-pedagógico é também um instrumento de enriquecimento símbolo das lutas diárias dos profissionais inseridos na prática do ensino, é uma forma de contrapor-se a uma rotina de dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central ou regional.

Podemos citar aqui alguns elementos básicos que podem ser apontados nesse estudo pedagógico tais como: as finalidades que escola possui a estrutura organizacional dentro dela, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão da parte administrativa como também dos docentes, as relações de trabalho, e por último a avaliação. Vejamos o que a autora Veiga (1991) tem a nos dizer em relação a estes princípios estruturais e organizacionais dentro dos parâmetros pedagógicos:

A importância para esses princípios escolares está em garantir sua operacionalização nas estruturas pedagógicas, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto. (VEIGA, 1991, pp 82).

A partir desse pressuposto citado por Veiga podemos verificar que as políticas pedagógicas da escola tem como objetivo central não só atingir uma finalidade de colocação que está sustentada na ideia da postura, no papel de que a escola deve assumir mediante a propostas político e pedagógicas, mas também como uma de suas principais

tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa e prestar melhores condições para a dinâmica escolar e prática do exercício do professor.

A escola Mestre Júlio Sarmiento desde 1999 vem traçando uma proposta pedagógica que compreenda todas as expectativas dos segmentos que compõe a unidade de ensino. Inicialmente foi feito um questionário com as comunidades para colher informações sobre a relação de ensino, escola e sociedade.

A escola tem como finalidade atender o disposto nas constituições federais e estaduais juntamente com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente o ECA. O objetivo principal do Mestre Júlio Sarmiento é manter sua ação educativa fundamentada nos princípios de universalização e igualdade de acesso. A proposta da escola é democrática, participativa e igualitária onde o espaço de socialização e desenvolvimento do educando proporciona o exercício da cidadania, prática e cumprimento das leis. Observamos os quadros a seguir vejamos algumas especificidades que a escola implanta no seu projeto político pedagógico.

Quadro nº 01

<p>Participação dos estudantes na conservação e manutenção da escola através dos mesmos citados ao lado direto da coluna.</p>	<p>Horta escolar Curso de relações interpessoais Socialização do regimento interno e das normas de convivência</p>
--	--

Quadro nº 02

Funções sociais que a escola desenvolve	Jogos e gincanas Atividades de teatro e música História da escola: painéis e fotos Semana do estudante Semana filosófica Ações solidárias Implementação do projeto “Tô ligado em você”, “Sim a vida e não às drogas”. Doadores de sangue Feira de profissões Festival de poesias
--	---

Quadro nº 03

Capacitação de estudos dos professores	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Sistema Educacional de ensino Regimento interno da escola Projeto político pedagógico Plano de gestão escolar Drogas Diversidade cultural Integração entre educando e professor
---	--

De 2010 a 2013 nas reuniões na escola foram frequentes e de caráter pedagógico foram colocadas como metas a serem cumpridas as seguintes questões para os discentes:

- ✓ Estudo de inclusão a portadores de necessidades especiais (PNE);
- ✓ As normas de convivência;
- ✓ Qualidade de vida;

- ✓ Projetos pedagógicos.
- ✓ Incorporar o projeto Bullying;
- ✓ Desenvolver o protagonismo juvenil;
- ✓ Olimpíadas de Matemática, Português, Química e História e Física;
- ✓ Fortalecimento da família e da escola;
- ✓ Formação de professores do ensino médio inovador;
- ✓ Acolhida a pai e a educador.

Após fazer este detalhamento de algumas abordagens sobre o projeto político e pedagógico que a escola enfatiza, deve-se mencionar que o ideal da mesma é garantir o espaço transformador onde a proposta é estudar a própria prática por meio da ação-reflexão, no entanto, vi uma coisa que me chamou bastante a atenção: é que o grupo de professores concluiu nessa mesma proposta de projeto que a escola não tem cumprido todas as promessas, todas as metas que queria cumprir em função do social e o que se faz necessário ao educador é ter claro e verdadeiro papel na escola para somente assim poder discutir e propor com mais uniformidade o projeto político pedagógico da referida escola.

A escola em si possui em espaço agregador, onde os alunos e professores tem total liberdade para desempenhar suas tarefas e expor suas opiniões. Os planejamentos da escola geralmente são semanais e feito nas quartas-feiras no período da manhã. Não tive a oportunidade de observar como é feito esse planejamento, mas os professores me relataram durante algumas conversas que tive com eles depois de observar o plano político pedagógico da escola que a diretora está sempre apta a novas propostas impostas por eles nas reuniões desse mesmo planejamento e que o plano político pedagógico da escola sempre tenta diversificar em alguns aspectos para melhoria e qualidade do ensino apesar de que nem todas as metas são atingidas mas eles torcem por melhorias.

Foi cedida pela diretora da escola a proposta pedagógica curricular do ensino de História referente às três séries do ensino médio mediante a colaboração de todos os docentes envolvidos no plano político e pedagógico na construção do mesmo. Vejamos alguns aspectos e suas habilidades e competências:

- ✓ Compreender os elementos culturais que constituem as identidades;

- ✓ Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder;
- ✓ Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais;
- ✓ Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processo de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social;
- ✓ Utilizar os conhecimentos históricos para compreende e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo em sociedade;
- ✓ Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.
- ✓ Interpretar historicamente fontes documentais de aspectos da cultura;
- ✓ Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas;
- ✓ Associar as manifestações culturais do presente e seus processos históricos;
- ✓ Comparar pontos de vista exposto em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura;
- ✓ Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades;
- ✓ Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações;
- ✓ Analisar a ação dos Estados Nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social;
- ✓ Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço;
- ✓ Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades;
- ✓ Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processo de disputa pelo poder;
- ✓ Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia favorecendo uma atuação consciente do indivíduo em sociedade;
- ✓ Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos;
- ✓ Sensibilizar a comunidade escolar para ações de solidariedade.

Entre todas essas habilidades e competências citadas é evidente que são de importância para a designação do trabalho do docente e a instituição escolar mas no que diz respeito à diversidade cultural em si fragmentada por muitos fatores que deveriam ser mencionados como fatores de conhecimento acima não foram citados. Remete mais a um tipo de vivências dentro da solidariedade, dentro dos padrões normativos em sociedade. Creio que o debate da diversidade cultural de cor, raça, gênero seria pertinentes para compor este trabalho desenvolvido na própria escola. Segundo Selva Guimarães Fonseca (2003) “o professor de História não opera no vazio. Os saberes históricos e valores culturais e políticos são transmitidos na escola diversificando as fontes e dinamizando a prática do ensino onde ele estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura a ser estudada e da experiência histórica. Desta feita, podemos analisar que algumas das perspectivas das práticas curriculares dentro da escola são de fato multicultural.” Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e seus textos curriculares abre um leque de informação que precisa muito ainda ser inserido no processo de ensino-aprendizagem. Na organização curricular e nos PPPs é preciso considerar alguns pontos básicos. O primeiro é o de que o currículo não é um instrumento neutro e nunca será. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar e aprimorar os PPP de acordo com o que é estabelecido na própria escola. A determinação do conhecimento escolar, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica, tanto da cultura dominante, quanto da cultura popular. E isso requer um desafio para alunos e professores inseridos no sistema educacional. O plano político pedagógico da escola precisa ser objetivado e atender às necessidades dos professores e alunos. O professor de História deve pensar sobre o seu papel informativo na escola e na sociedade resgatando valores e ensinamentos pertinentes ao que está sendo ensinado. Fonseca (2003), atribui seu posicionamento ao ensino “...é possível afirmar que existe no Brasil uma diversidade de formar, de aprender e ensinar História no decorrer do processo de implementação de Parâmetros Curriculares Nacionais e dos sistemas nacionais e estaduais de avaliação da aprendizagem. É interessante observar que foi consolidado uma pluralidade de concepções teóricas, políticas e ideológicas como também metodológicas no ensino de história.”

III- CAPÍTULO

**ANALISANDO A DIVERSIDADE SÓCIO-CULTURAL NA
ESCOLA E.E.E.M. MESTRE JÚLIO SARMENTO**

3. ANALISANDO A DIVERSIDADE SÓCIO-CULTURAL NA ESCOLA E.E.E. MESTRE JÚLIO SARMENTO

3.1 – Pensando o caminho metodológico para as entrevistas.

Neste capítulo descreve-se a metodologia adotada no estudo de caso do presente trabalho. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. Começa-se por saber os procedimentos metodológicos utilizados, tendo em atenção a definição do problema, as questões de investigação e os objetivos que se pretendem atingir. O presente estudo teve como referenciais metodológicos, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa oral juntamente com um roteiro de entrevistas e a realização de uma investigação feita através dos dados coletados dos entrevistados. De acordo com Lüdke (2002), os procedimentos de coleta de dados são os métodos práticos utilizados para juntar as informações necessárias à construção dos raciocínios em torno de um fato/ fenômeno/ processo. No entanto, constatamos que esse trabalho passou por várias etapas. A primeira deu-se logo na escolha do tema e do problema a estudar. A segunda etapa visou o interesse de se fazer uma pesquisa local na referida escola de ensino médio e em seguida as pesquisas bibliográficas e documentais adequadas à problematização deste trabalho.

O estudo acontece numa escola estadual de ensino médio situada na cidade de Sousa-PB. O estudo possui um componente de investigação de cunho qualitativo. Deve-se observar que um método, ou seja, as pesquisas qualitativas têm caráter exploratório: estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema. O número de entrevistados geralmente é pequeno. O entrevistador identifica as pessoas a serem entrevistadas por meio de critérios previamente definidos: por sexo, por idade, por ramo de atividade etc., e isto garante a uniformidade de entendimento dos entrevistados. Lüdke (2002) fala sobre o reconhecimento da pesquisa como aliada e importante no trabalho e na formação de professores está se fazendo cada vez mais clara, tanto na literatura especializada nacional como na internacional.

A partir do pressuposto das análises qualitativas e suas denominações considerou-se necessário explorar o assunto da oralidade neste trabalho que foi de total

relevância para poder construir a partir de fontes orais uma pesquisa mais detalhada na abordagem do referido assunto.

A História Oral inscreve-se entre os diferentes procedimentos do método qualitativo, principalmente nas áreas de conhecimento histórico, antropológico e sociológico. Portanto, é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva. Objetiva a construção de fontes ou documentos que subsidiem pesquisas ou formam acervos de centros de documentos e de pesquisa. (MONTENEGRO, 2001, p.19).

As entrevistas e depoimentos situam-se o fazer da História Oral. A partir dessas considerações citadas pelo autor acima podemos dizer que a História Oral destaca-se devido às relações entre múltiplas temporalidades onde as gerações do passado podem discutir sobre o presente ou jovens falando de uma temática em questão e que cria um estudo mais satisfatório em relação às pesquisas.

Ainda como Montenegro (2001) não é a História em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória. As potencialidades da história oral são inúmeras, seus limites também devem ser considerados até com cuidado sempre que necessário á adoção de procedimentos de pesquisa. Os desafios da história oral relacionam-se em grande parte há alguns limites como podemos citar a possível influência do transcritor da entrevista no conteúdo do documento escrito este oriundo do documento oral ou até mesmo a dificuldade de registrar a interpretação feita pela fala dos entrevistados.

Depois de selecionada a metodologia, o passo seguinte foi a escolha da população do estudo, toda ela composta por três profissionais da área de História e seus respectivos alunos. O atual estudo foi feito de início com uma observação em três séries diferentes, primeiro, segundo e terceiro ano e de diferentes turnos. Fizeram parte no estudo apenas três professoras do local que ensinam História, a ideia era fazer também com a diretora, mas, a mesma não quis se pronunciar sobre o assunto da entrevista, no entanto, ela deu total aval e autorização para que fosse realizadas as entrevistas com as demais docentes e as mesmas foram prestativas em relação a entrevista. Com as docentes foi feito um estudo qualitativo, e, para as mesmas, atribuiu-se a utilização de entrevistas abertas

onde foram transcritas e analisadas e posteriormente os critérios que serviram de base para o estudo foi seguido de um roteiro que enfatiza o tempo de serviço, de experiência profissional, bem como a formação entre outros.

Segundo Minayo (2007), essas entrevistas tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia, que dá cobertura ao interesse de pesquisa. O entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada.

3.2 – A diversidade sócio-cultural na visão dos professores da escola E.E.E.M. Mestre Júlio Sarmiento

Neste tópico vamos abordar os meios utilizados para que fosse feita a realização desta pesquisa as entrevistadas tiveram livre arbítrio para responder as perguntas seguidas de um roteiro de entrevista onde foram transcritas para análises de dados e lembrando que as perguntas foram direcionadas em relação ao ensino de história na óptica da diversidade cultural. Como mencionado também no capítulo anterior à ideia era fazer as entrevistas com a diretora da escola e as quatro profissionais de História, no entanto, a diretora não se pronunciou sobre a entrevista e a outra educadora não foi possível também pelo mesmo fato de não querer se pronunciar mesmo sabendo que seus dados não seriam expostos, mas no ofício da história oral ninguém pode obrigar ninguém a dar entrevistas e com isso, foi encontrada certa dificuldade, na verdade era para ser cinco entrevistadas e não três.

O estudo segue direcionado na escola Mestre Júlio Sarmiento com as três docentes do ensino de história, vamos usar a questão da ética profissional e atribuir codinomes, pseudônimos para que a identidade das entrevistadas possa ficar no anonimato e fiquem preservadas. Como são três docentes vamos nos referir a elas com os devidos pseudônimos: Joyce, Lorena e Maria. Todas as entrevistadas são do sexo feminino, atua na instituição de ensino médio Mestre Júlio Sarmiento.

Foi perguntado de início as entrevistadas o vínculo com a escola, tempo de experiência em sala de aula no ensino médio e em que séries, se possuem curso superior e se possui pós-graduação na área vejamos os resultados a seguir:

Docente Joyce	Prestadora de serviço, dois anos que exerce a profissão, ensina em todas as séries do ensino médio, é graduada em História e não possui pós- graduação.
Docente Lorena	Efetiva, quatro anos que exerce a profissão, ensina em todas as séries do ensino médio, é graduada em História e possui pós-graduação em Geopolítica e História do Brasil em 2010.
Docente Maria	Efetiva, há mais de dez anos que exerce a profissão, ensina no primeiro e segundo ano do ensino médio, graduada em História, não possui pós-graduação.

O ensino de História busca compreender de diversas maneiras a percepção dos movimentos e a diversidade, possibilitando assim fazer comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços. Por isso a história ensina a ter respeito pelas diferenças, contribuindo para o entendimento do mundo em que vivemos e também do mundo em que gostaríamos de viver (Fonseca, 2003). É a partir dessa premissa que as docentes vão dar seus questionamentos sobre o que entendem sobre essa temática tão relevante no ensino de História:

Docente Joyce: “A diversidade cultural no ensino de História, no meu entendimento, começam desde as línguas, costumes e modo de viver em cada parte do mundo.”

Docente Lorena: “Diversidade cultural a meu ver é a função de várias culturas inseridas na sociedade de forma a conviver com as diferenças de casa indivíduo.”

Docente Maria: “Diversidade cultural faz parte da história brasileira por que fomos constituídos por povos de diferentes origens e por isso

a convivência com pessoas de etnias, religião e culturas diversificadas.”

Podemos analisar que as respostas foram bem parecidas, elas partilham de certos argumentos aos quais as origens e costumes estão sempre presentes nas respostas. Somente a terceira entrevistada ressaltou a questão da história brasileira de forma geral.

A educação brasileira passou por grandes transformações, vários ciclos, novas leis. Saber lidar com as mudanças que o cotidiano escolar nos proporciona não é tarefa fácil. Podemos ver que no segundo capítulo deste trabalho acadêmico mencionamos no quadro anterior que havia uma perspectiva do professor ser capacitado num curso de diversidade cultural, porém as entrevistadas negaram essas afirmações enfatizando que ainda não fizeram nenhuma capacitação nesse sentido.

Docente Joyce: “Não.”

Docente Lorena: “Não.”

Docente Maria: “Nunca, mas tenho interesse em fazer.”

Analisamos que aí há uma discrepância em relação ao ensino. Como as respectivas respostas foram de negação devemos enfatizar que no projeto político e pedagógico foca o interesse de capacitação profissional dos professores na diversidade cultural embora nunca tenham feito. Mas por que o plano político pedagógico enfatiza essa capacitação se nunca tiveram? A resposta está lá mesmo. Os professores nos seus planejamentos levantaram a questão de que a escola não tem cumprido seu papel, suas metas e querem melhorias no ensino.

Eles sentem a necessidade de se capacitar, de se especializar mais e a escola deverá cumprir seu papel engajando esses professores a projetos educacionais junto à secretaria de educação e governo do Estado e fornecendo-lhes melhoria na qualidade do ensino que cada vez se mostra mais desafiador.

O ensino de História e seus conteúdos obtiveram uma significativa mudança. No século XX e XXI podemos verificar as frequentes transformações políticas, sociais e porque não dizer educacionais de uma forma mais abrangente. A produção historiográfica cresce em ritmo acelerado. Os veículos de comunicação também estão presentes na demanda do ensino de história de forma a globalizar essas discussões. De

acordo com essas mesmas transformações e choques culturais no mundo inteiro há uma interação por parte de o professor estar atualizado de forma interagir mais com seus alunos e poder repassar os conteúdos de forma clara de acordo com o que acontece no mundo no momento atual. Desta feita, perguntamos se as profissionais estão aptas a estas atualizações de conteúdos no ensino de história e se facilita o aprendizado.

Docente Joyce: “Na medida do possível o professor tem que tá buscando inovações para os desafios encontrados na escola.”

Docente Lorena: “Tento sempre estar atualizada com os métodos de ensino pra facilitar o processo de ensino aprendizagem.”

Docente Maria: “Claro, eu procuro me atualizar com esses conteúdos atuais e acho sim que facilita muito o aprendizado embora haja muita discordância nesse sentido.”

Sabemos que os conteúdos dos livros didáticos do ensino de história como de outras disciplinas são importantes na educação, pois suas versões propiciam um bom entendimento para alunos e professores. O estudo dirigido a História africana e indígena nos livros atuais são satisfatórios ao ponto de promover aprendizado? Concorda que eles promovam informação necessária para ser repassado na sala de aula com mais precisão?

Docente Joyce: “Sim, eu creio que os livros didáticos estão bem melhores e os conteúdos relacionados com certeza dá pra expressar um bom entendimento aos alunos e qualquer dúvida eles sempre vão perguntar.”

Docente Lorena: “Os livros sempre vem destacando a questão dos negros, do escravismo e dos indígenas, mas os livros ainda precisam ser melhorados, mas também não vou dizer que os alunos não entendem porque eles até entendem.”

Docente Maria: “Eu até agora não tenho o que reclamar, os livros são bons e estão de acordo com que o MEC pede. Os conteúdos dos livros sempre abordam a questão do negro.”

Candau (2010), do ponto de vista pedagógico “ a superação dos preconceitos sobre o estudo da história africana e o negro brasileiro poderá causar impactos positivos e negativos proporcionado uma visão afirmativa acerca da diversidade cultural na humanidade. De uma maneira geral, não basta apenas determinar que as diferenças culturais fossem respeitadas, que o acesso e a qualidade do ensino sejam universalizados, mas sim a implantação de políticas que viabilizem a prática dos estudos. A criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em 2004 promoveram a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”.

Nas falas das três professoras percebemos que elas concordam que o livro didático seja hoje um aliado para a discussão da diversidade sócio-cultural nas escolas, a primeira professora identificada por Joyce acredita que o livro não mostra um entendimento total, não esclarece muito, o aluno sempre pergunta. Sabemos que nem sempre essas questões estão claras para os alunos e o livro embora, tenha sido continuamente renovado não dá conta de todas as questões, muito menos da diversidade. Para a docente Maria os livros estando de acordo com o MEC parece ser o suficiente, principalmente porque aborda a questão do negro. A partir daí, as docentes responderam indagações ligadas de como elas lidam com as diferenças em sala de aula no cotidiano e se tem alguma crítica a fazer. Vejamos as respostas:

Docente Joyce: “Procuro lidar bem com todas as diferenças porque precisamos respeitar todas as classes sociais inclusive no que diz respeito à religiosidade.”

Docente Lorena: “Diferença sempre tem entre alunos e professores e o professor em sala de aula vai precisar lidar com isso. A crítica que eu tenho a fazer é que embora esse assunto seja muito debatido com certeza ainda existe muito preconceito, mas pelo menos comigo nunca aconteceu.”

Docente Gama: “Sim, eu tenho. As diferenças existem e como educadora é necessário lidar com elas mesmo que seja difícil.”

A docente Joyce confunde as diferenças com classes sociais e depois elege as diferenças religiosas como a principal que devemos respeitar. Já a docente Lorena, embora tenha já alguns anos de experiência em sala de aula diz nunca ter acontecido com ela nenhuma situação de preconceito e intolerância em sala de aula. Perguntamos se realmente nunca aconteceu ou o que de fato elas consideram como situações de preconceito ou intolerância as diversidades sócio-culturais.

Quando eu ainda estava observando as aulas para poder compor meu quadro de estudos para este trabalho monográfico, me deparei com algumas situações de preconceito dentro e fora da escola por parte dos colegas de sala. Como alguns consideram o preconceito como uma coisa normal em sua totalidade, muitos não ligam e o preconceito se dissemina cada vez mais no ambiente educacional. Na escola não é somente o aluno que sofre com discriminações por parte de outro aluno. Há discriminação entre alunos e professores também, no entanto não é o caso que as professoras relatam, ou seja, é mais de aluno para aluno.

Docente Joyce: “Já fazem dois anos que eu trabalho lecionando com ambientes diversificados e até hoje não vi falta de respeito ou preconceito entre professores e alunos.”

Docente Lorena: “Sim, no dia a dia é muito comum algum alunos sofrer algum tipo de preconceito por causa de cor e religião.”

Docente Maria: “Já presenciei sim de aluno para aluno o mais comum é ligado à cor e a opção sexual, sempre tem e por mais que falem da diversidade cultural e nos direitos humanos sempre vai imperar o preconceito.”

Observa-se que a docente Lorena indaga que as questões mais comuns na escola são de cor e de religião, mas em outra questão ela disse nunca ter vivenciado uma situação dessas, acreditamos que ela quis dizer em sala de aula. Já a docente Maria diz que o preconceito está relacionado mais em questão à cor e a opção sexual e que essas atitudes sempre existirão. Percebemos nesse discurso o preconceito parecer ser inevitável, como se fosse já uma questão cristalizada, naturalizada.

As manifestações de intolerância religiosa, por exemplo, estão entre as mais antigas e a escola não poderia ficar de fora, porque nela se constitui um espaço de diversas culturas que de certa forma se interligam nas atividades escolares, nos debates de sala de aula, nos conteúdos feitos em sala e etc.

Agora tomado como viés o racismo segundo Abramowicz (2006), comenta que existe distinção entre racismo e preconceito. Preconceito é toda ideia preconcebida e entre eles o preconceito racial. O racismo é uma ideologia, um conjunto de ideias que foi constituído ao longo da história a respeito de certos grupos (negros, índios, por exemplo) baseado em um repertório que julga que potencialidades intelectuais, comportamento moral e outras características são determinadas pelo biológico da pessoa.

Isso me lembrou outro fato marcante relacionado ao meu estudo. A escola Mestre Júlio Sarmiento fica numa localização privilegiada da cidade. Na rua da escola existem verdadeiras mansões com moradores que vão desde advogados, médicos até empresários. Alguns deles antes de se estabelecer financeiramente na vida passaram por aquela escola. Hoje matriculam seus filhos somente em escolas particulares.

Mas ainda existem escolas públicas de boa qualidade e essa escola apesar dos percalços existem excelentes profissionais quem possam contribuir com uma boa educação. Ainda debatendo esse assunto muitas são as dificuldades encontradas em sala de aula. Muito do que se tem exposto, falado, dito, a maioria dos alunos e professores ainda não sabem lidar com os fatores da diversidade cultural. É uma longa jornada de conscientização para que o sistema educacional funcione de acordo com o que é esperado. Ressaltamos nesta pergunta sobre uma breve descrição das dificuldades encontradas em sala de aula pelos professores quando a assunto sempre remete a discussão da diversidade cultural no ensino de História.

Docente Joyce: “Apesar de eu não ter vivenciado nada parecido pelo menos nas minhas turmas, mas eu acho que tem muita gente que não sabe lidar com o assunto e isso gera polêmica.”

Docente Lorena: “Muitos alunos infelizmente ainda não sabem lidar com as diferenças”

Docente Maria: “Muitas coisas precisam ser melhoradas na escola para acabar com essas dificuldades de cultura e de relacionamento e de aprendizado. Ainda precisa de muito diálogo e políticas públicas.”

Percebemos na fala da docente Joyce que ela não sabia responder a questão porque não tinha vivenciado nenhuma situação que envolvesse a questão da diversidade sócio-cultural, no entanto, essa questão não deve ser discutida apenas diante de uma situação que envolva intolerância ou preconceito. Já a docente Lorena diz que muitos não sabem lidar com as diferenças. A escola é um espaço inclusivo e precisa lidar constantemente com desafios diários entre alunos e professores que possuem diferenças culturais distintas. Foi questionado se esses mesmos desafios serviram de alguma forma a contribuir de fato para o planejamento das mesmas?

Docente Joyce: “Sim, e isso ajuda muito embora seja relativa essa discussão. Às vezes o que eu possa achar o outro não ache, tem uma divergência de opiniões, mas faz parte.”

Docente Lorena: “A escola é um ambiente de socialização como também de inclusão dos jovens que possuem alguma diversidade cultural.”

Docente Maria: “Procuramos planejar as aulas da melhor forma possível e sanar os conflitos que a gente encontra diariamente na sala. Eu sei que é uma tarefa difícil, mas tenho certeza que a escola é inclusiva ao ponto de atender as necessidades dos alunos.”

As falas afirmam que a escola é o lugar para discutir e pensar as questões sobre a diversidade, no entanto, como aponta a docente Maria, não é uma tarefa fácil e em todas as outras falas percebemos que a questão da diversidade parece não ser tema das discussões cotidianas na dentro da escola.

Na escola, os professores e alunos precisam por em prática atividades que propiciem o trabalho educativo em conjunto para melhor domínio da turma e dos conteúdos. E fazer o aluno perceber a real importância de se estudar História. Pensando assim, é possível ter um currículo escolar que venha facilitar essa interação de alunos e professores levam a um compromisso mais diversificado sobre a temática da diversidade cultural. Foi perguntado as docentes se elas encontram no espaço escolar onde trabalham um trabalho educativo, comprometido com a própria turma e com a realidade encontrada fundamentada dentro da diversidade.

Docente Joyce: “Sim, encontramos a participação e compromisso dentro da realidade escolar.”

Docente Lorena: “Nas escolas ainda se faz necessário, assim... ambientes que promovam a cultura e suas diversidades pra melhorar o ensino em história.”

Docente Maria: “Eu acho que cabe a cada professor poder lhe dar com esses assuntos de forma clara e objetiva, apesar de que você convive com muitos tipos de gente que vemos diariamente na escola.”

Em minha opinião, elas divergiram bastante das respostas e ficou um estado de dúvida entre uma das docentes. A docente Maria não soube responder com clareza a este tipo de colocação. A professora Joyce enfatizou bem a situação pois, cabe à escola saber lidar com seus compromissos dentro da realidade em qual a escola se encontra. E a professora Lorena concluiu um aspecto que eu já tinha percebido na escola: um ambiente para promover a cultura em relação ao ensino de história como também de outras disciplinas.

Na última pergunta da nossa análise qualitativa deixamos que as docentes respondessem sobre alguns aspectos relacionados a educação caso sentissem necessidade ou argumentos que talvez faltassem em outras respostas.

Docente Joyce: “Não, já me sinto satisfeita com as respostas.”

Docente Lorena: “Só dizer que a escola é muito boa apesar das coisas que acontecem na sala, mas a gente dá um jeito de contornar a situação.”

Docente Maria: “Eu acredito que a escola socializa muita gente e cabe ao aluno como também ao professor aprender com tudo isso, a sociedade impõe muitas regras, ninguém mais hoje sabe o que é certo ou o que é errado, mas a escola sempre será o caminho para ter sucesso.”

Diante do término das entrevistas qualitativas podemos chegar à conclusão em diferentes esferas de respostas que nem tudo funciona do jeito que os registros, as leis, todo o aparato de articulações a cerca que este assunto impõe nos dias atuais. Esse estudo de caso só fez comprovar o que já se discute que temos um sistema educacional onde muitos educandos não estão preparados para lidar com essa temática dentro e fora da sala de aula.

Apesar disso, verifica-se que há muito empenho por parte ainda de alguns professores de querer mais esse estímulo na educação de poder se capacitar e poder conviver com essa questão de forma mais abrangente entendendo que os espaços multiculturais precisam ser sim reformulados para obter uma melhor convivência entre ambas as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a importância das instituições escolares no Brasil a proposta deste trabalho foi de analisar as questões do ensino de História, processos pedagógicos e de convivência que alunos e professores vivenciam diariamente no ambiente escolar ligados em torno da temática da Diversidade Cultural. A pesquisa, o estudo de caso para compor o presente trabalho monográfico foi realizada na Escola Estadual Mestre Júlio Sarmiento na cidade de Sousa/PB.

Em relação à Diversidade Cultural e o ensino de História é válido fazer um observação de que os estudos culturais contribuem muito para a formação dos alunos e professores aprimorando ainda mais seu espaço sociocultural e suas relações de convivência, porém, devemos lembrar que só será válida essas mudanças se as representações sociais construídas em torno do cotidiano escolar seja para promover uma comunicação com a finalidade de se preparar, de orientar os comportamentos e situações vivenciadas em sala afim de que ambos possam conviver com as diferenças, respeitar os limites dos outros e poder lidar com os preconceitos existentes.

A diversidade cultural é marcada pela pluralidade e valores democráticos numa conjuntura participativa levando os docentes e discentes a uma sensibilização que vai desconstruindo os discursos, as ideias de preconceito de cor, raça, gênero, religião e etc., estereotipados pelos padrões convencionais que as sociedades nos impõe.

Ainda de acordo com o estudo de caso, a escola apresentou-se muito significativa e prestativa onde as observações em sala e as entrevistas com as professoras de história respondendo os questionamentos de acordo com o que foi pedido serviram de alicerce neste referido trabalho. Depois de analisar os dados coletados durante a construção dos diálogos transcritos um aspecto foi constatado: precisa-se de muita conscientização e estudos mais aprofundados e pedagógicos, cursos, especializações que versam sobre a temática sócio-cultural na escola.

Relatos de presença significativa de preconceito na escola por parte dos alunos, bem como a falta de especializar-se por parte dos profissionais para lidar com este tipo de problemática da diversidade, com esses conflitos diários em sala onde a escola agrega em seu projeto político pedagógico que se faça esse curso baseado na diversidade cultural, mas até o momento não foi feito, em suma, certos dados não conferem com a configuração atual da escola.

As discentes tem plena consciência que de fato é preciso de influência de políticas públicas na melhoria e qualidade do seus trabalhos. A falta de preparo das instituições escolares no Brasil, em maioria, não apresentam uma situação pedagógica que venha oferecer uma educação de qualidade no país. Os conteúdos dos livros didáticos ainda precisam ser melhorados em relação à História indígena e africana. Mesmo amparado pelas leis é visível a discriminação das etnias em alguns conteúdos enfatizando mais a cultura do branco.

A escola Mestre Júlio Sarmiento ainda com todas as dificuldades que se encontra, mas é uma das melhores escolas públicas de ensino médio que se encontra na cidade, a diretora da escola faz o que pode para sanar alguns conflitos existentes no cotidiano da instituição escolar.. Espera-se que com esse trabalho possa ampliar a discussão em torno dessa temática da educação, da cultura, da diversidade. E que os profissionais desta escola possam sim estar se capacitando num curso sobre a Diversidade Cultural numa formação continuada regional ou até mesmo local pelo Ministério da Educação a fim de saber lidar com essas questões tão presentes na nossa contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: São Paulo: Armazém do Ipê (Autores Associados). 2006.

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeças da diversidade na escola**. Campinas: São Paulo. Papirus, 2005.

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8º ed. São Paulo: Sumus, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação. **Parâmetros curriculares nacionais.; pluralidade cultural, orientação sexual**. Distrito Federal. MEC/SEF,2005.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, Diário Oficial da União. Brasília, DF,23 de dezembro de 1996ª. P. 27894. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 18/02/2014.

BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade d temática “História e cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 de janeiro,2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em; 18/02/2014.

CANDAU, Maria Vera. **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A,2005.

CANEAU, Maria Vera; MOREIRA, Antônio Flávio. **Educação escolar e culturas; construindo caminhos**. Revista brasileira de educação, 2010.

CANEN, A., XAVIER, G. P. de M. **Multiculturalismo, pesquisa e formação de professores: o caso das Diretrizes Curriculares para Formação Docente**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v.113, n.48, p.333-344, jul./set. 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. **Currículo e pedagogia em tempo de proliferação da diferença**: In: Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE; Porto Alegre – RS: Edipurs, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de história. Experiências, reflexões e aprendizados**. - (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico). 10º ed. Campinas: São Paulo. Papyrus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: São Paulo. Papyrus, 2010.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. 2º ed. Barueri: São Paulo: Manole, 2009.

GOMES, N.L. **Diversidade, cultura, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica**. Campinas: São Paulo. Armazém do Ipê, 2006. p 21-40.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial** [República Federativa do Brasil], Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial** [República Federativa do Brasil], Poder

Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei9394.pdf>> Acesso em 23/08/2013.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial** [República Federativa do Brasil], Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 23/08/2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, MARLI E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Vozes, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória. A cultura popular revisada**. São Paulo: Contexto. 2001.

ORÍÁ, R. **O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações**. Textos de História, Brasília, DF, v. 4, n. 2, 1996.

PARAÍBA, Governo do Estado. Referenciais curriculares no ensino fundamental do Estado da Paraíba. Vol.02. João Pessoa: Paraíba.

PINSKY, Jaime. *et al.* **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009.

QUIVY, Rymont; CAMPENHOUDT, Van Luc. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4º ed. Dunod: Paris. Gradiva 2005

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>> Acesso em: 23/08/2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9º ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2009.

SILVA, Marcos. **A história. O prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, NADER, Alexandre Antônio Gili, DIAS, Adelaide Alves (orgs). Subsídios para a elaboração das diretrizes gerais da educação em direitos humanos. Versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SKLIAR, Carlos. E se o outro não estivesse aqui? Notas para uma pedagogia da diferença. Buenos Aires: Mino y Dávila, 2002.

SOUZA, M.I.P. & FLEURY, R.M. **Entre limites e limiares de culturas: educação n perspectiva multicultural**. In: Educação multicultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: D&P, 2005.

VEIGA, Ilma. P.A. "Escola, currículo e ensino". Ira: I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) Escola fundamental: Currículo e ensino. Campinas, Papirus, 1991.

WILSON, Tania Cristina Pereira. **Representações sociais da diversidade cultural na formação inicial de professores**. Rio de Janeiro; 2011. 126 p. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político e pedagógico da escola**. 14º ed. São Paulo. Papirus, 1991.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Sites pesquisados

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 06/12/2013

<http://www.undime.org.br/htdocs/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=88> Acesso em: 06/12/2013

http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decnovadelhi Acesso em: 17/01/2014

http://www.onu-brasil.org.br/doc_cs.php Acesso em: 17/01/2014

<http://www.undime.org.br/htdocs/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=87> Acesso em 22/01/2014

<http://www.undime.org.br/htdocs/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=86> Acesso em 22/01/2014

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/dec92.htm> Acesso em: 04/02/2014

http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decunivdireitoshumanos.pdf Acesso em 09/02/2014

<http://www.unicef.org.br/> Acesso em: 03 nov. 2006. Acesso em 09/02/2014

http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decunivdiversidadecultural.doc. Acesso em 11/03/2014

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS PARA IDENTIFICAÇÃO

Sexo: () Masculino () Feminino

Instituição de atuação
profissional _____

Vínculo com a escola: () Efetivo () Prestador de Serviço

Tempo de experiência em sala de aula no ensino médio: _____

Em que séries?

FORMAÇÃO ACADÊMICA DO DOCENTE

Possui curso superior? () Sim () Não

Qual o tempo de serviço?

É graduado em História? () Sim () Não

Possui Pós-graduação?

() Sim () Não

O que você entende por Diversidade Cultural no ensino de História? Você já participou de algum curso de formação e aperfeiçoamento para lidar com as diferenças culturais dentro da sala de aula?

Você se considera um profissional atualizado e seus conteúdos de História servem para facilitar o aprendizado em relação à Diversidade Cultural?

Enquanto docente, como você lida com as diferenças de gênero, raça e religiosidade dentro do ambiente escolar? Tem alguma crítica a fazer?

Você acha que a escola é inclusiva ao ponto de lidar com os desafios diários encontrados por vários alunos e professores e que as diferenças culturais servem de experiência no planejamento relacionados ao ensino?

Você encontra no ambiente escolar, espaços reais de participação e o trabalho educativo do professor de História levam ao compromisso com a própria turma e com a realidade mediante a diversidade na escola?

Já presenciou algum tipo de preconceito em relação aos colegas de sala ou mesmo entre professor (a) e aluno?

Os conteúdos dos livros didáticos do ensino de história na sua versão propicia um bom entendimento para você e os alunos no estudo dirigido a História africana e indígena? Concorde que eles promovam informação necessária para ser repassado na sala de aula com mais precisão?

Faça uma breve descrição das dificuldades encontradas em sala de aula em torno dessa discussão da diversidade cultural.

Existem outros aspectos que deseja avaliar caso sinta necessidade. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?